

Professores do Ensino de Primeiro Grau: quem são, onde estão e quanto ganham*

Angela Maria Rabelo Ferreira Barreto**

INTRODUÇÃO

“Os mestres constituem o núcleo do sistema educacional de qualquer país. Por um lado, são o grupo mais numeroso de empregados públicos e representam a fatia salarial maior do orçamento nacional da maioria dos países em desenvolvimento. Daí sua importância econômica. Por outro, o desempenho dos mestres em aula determina o que os alunos aprendem e o rendimento de seus estudos, o que, por sua vez, influi na qualidade do acervo de recursos humanos de uma nação”. (Notícias del IDE, 1988).

O papel estratégico dos professores na promoção de uma educação de boa qualidade é amplo e internacionalmente reconhecido, ainda que tal reconhecimento nem sempre se traduza em políticas de formação e valorização destes profissionais, de modo a levá-los a desempenhar com eficiência a tarefa que lhes cabe. A relevância do tema tornou-o objeto do “Seminário sobre los costos e la eficacia de los maestros”, promovido pelo IDE, em abril de 1987.

No Brasil, a discussão sobre a ineficiência do ensino, especialmente o de primeiro grau, freqüentemente aponta para fatores que dizem respeito ao pessoal docente nele engajado. Questões como formação deficitária, baixos salários e ausência de planos de carreira estão entre estes fatores. Os movimentos reivindicatórios dos professores nos últimos anos, ainda que muitas vezes vistos como excessivamente corporativistas, vêm alertando governo e sociedade não só para estes aspectos profissionais – e, de certa forma, obtendo ganhos para a categoria – como também para questões de ordem mais geral como a democratização de um ensino básico de qualidade.

* A autora agradece a colaboração do colega Sebastião Camargo e do estagiário Antônio José Moraes e as sugestões de Divonizir A. Guzzo, Pedro Demio e Luiz Carlos Eichenberg Silva.

Apesar de sua importância, a situação sócio-econômica e funcional dos professores de primeiro grau no Brasil não é suficientemente conhecida. Na literatura sobre educação, os trabalhos, embora muito relevantes, geralmente se referem a estudos locais. Entre os temas abordados alguns são recorrentes: a questão do magistério como profissão feminina (por exemplo, Bruschini, 1978; Bruschini & Arnado, 1988); a formação do professor (Mello, Maia e Brito, 1983; Fávero, 1987); o impacto de programas de qualificação de professores (André & Candau, 1984; Moraes e colaboradoras, 1986) e a relação eficiência do professor e desempenho dos alunos (Conte, 1984). Grande parte dos estudos se referem a São Paulo, um estado obviamente diferenciado em termos sócio-econômicos e educativos, o que restringe a generalização de algumas conclusões.

A questão salarial e a carreira do professor são assuntos que extrapolam a literatura especializada, freqüentando as páginas de jornais e revistas de todo o país. Apesar da reconhecida importância, parece não estar disponível estudo de caráter mais abrangente que procure mensurar a remuneração dos professores e suas variações em função da localização espacial e de outras variáveis que compõem o perfil do profissional.

No presente estudo, desenvolve-se um esforço de traçar, com base nos dados estatísticos disponíveis, de âmbito nacional, o perfil do professor de primeiro grau no Brasil, incluindo variáveis como nível de instrução, idade e salários, além de localização geográfica e séries em que leciona.

Utilizando três fontes de dados - a Tabulação Especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, do IBGE, relativa ao ano de 1982, elaborada por Phillip Fletcher, por solicitação do IPEA, os levantamentos anuais realizados pelo SEEC/MEC e a Relação Anual de Informações Sociais-RAIS, do Ministério do Trabalho e Previdência Social - o trabalho está dividido em três seções. Na primeira - Professores: quantos são e onde estão - são apresentados os quantitativos dos professores nas várias regiões e zonas. No segundo e mais denso tópico - Quem são - busca-se delinear o perfil de escolaridade do professor em 1982, a evolução deste perfil entre 1977 e 1987, além de relacionar a variável média de idade ao grau de escolaridade e à localização espacial dos professores, com base nos dados da PNAD de 1982.

A terceira parte do trabalho - Quanto ganham - está subdividida em dois itens: no primeiro analisam-se os fatores que determinam o salário do professor, utilizando-se dados da PNAD-82, e no último procura-se comparar, com base nos dados da RAIS de 1986 e 1987, as remunerações da categoria às de outros grupos ocupacionais.

A utilização de diferentes fontes de dados se deve à inexistência de séries históricas adequadas ao estudo de todos os aspectos aqui focalizados. Como as fontes apresentam diferenças metodológicas, torna-se necessário caracterizá-las.

AS FONTES DE DADOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As bases de dados empregadas neste estudo diferem quanto à definição de seu objeto de medida: enquanto na PNAD - Questionário de Mão de Obra, as informações referem-se a pessoas, os dados do SEEC dizem respeito ao pessoal docente de determinado estabelecimento. Neste último caso, os dados não podem ser tomados como relativos ao professor enquanto indivíduo, impossibilitando levantamentos que tenham "número de professores" como variável de estudo: um mesmo professor pode estar computado em mais de uma situação.

A PNAD, por sua vez, não é uma pesquisa específica sobre o professor e, por isso, algumas informações relevantes para análise não podem ser extraídas de seus dados. Um exemplo disto é a variável Localização da Escola (Urbana x Rural). A dimensão urbano-rural na PNAD diz respeito ao local de residência do informante, que não necessariamente coincide com seu local de trabalho. Também é impossível discriminar pela PNAD todos os professores que têm e os que não têm formação específica para o magistério, devido à própria natureza das perguntas sobre escolaridade. Casos de professores que lecionam em mais de um grau ou mais de uma escola também não podem ser extraídos.

As principais variáveis que constam da tabulação especial da PNAD/82 são grau de instrução, idade e salários, séries que o professor leciona (1ª à 4ª ou 5ª à 8ª), além da condição de frequência à escola, todas elas especificadas por região, localização do domicílio e natureza do empregador (ensino público e particular). Os levantamentos do SEEC se limitam a informar o nível de instrução do professor, segundo localização e dependência administrativa da escola, não especificando série que leciona nem trazendo nenhuma informação sobre remuneração.

A RAIS é um registro administrativo que permite conhecer a estrutura e evolução do emprego organizado, a nível nacional e regional. Os informantes são todos os estabelecimentos e pessoas físicas que, mesmo não tendo organização empresarial, tenham mantido como empregadores alguma relação de emprego, em algum momento do ano anterior. As principais variáveis que compõem o levantamento são: o número de empregos em 31/12, segundo grau de instrução, as admissões e desligamentos a cada mês, a remuneração mensal e o salário contratual dos empregados em 31/12. O número de empregos corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivamente ocupados e não ao número de pessoas empregadas, porque um mesmo indivíduo pode estar acumulando, na data de referência, mais de um emprego.

Embora seja a fonte de dados disponível mais abrangente sobre empregos e salários por categoria profissional, permitindo, portanto, comparações entre professores e outros grupos ocupacionais nas variáveis levantadas, a RAIS apresenta algumas limitações. Por ser um registro administrativo e depender do correto preenchimento de formulários, algumas informações que parecem de veracidade questionável têm que ser abandonadas, engrossando o resíduo das especificações não informadas.

A despeito das limitações das várias fontes de dados e da inexistência de séries históricas coerentemente organizadas, algumas análises podem ser empreendidas com as informações disponíveis, o que permite verificar algumas hipóteses importantes e levantar indícios sobre outras.

1. PROFESSORES: QUANTOS SÃO E ONDE ESTÃO?

O Brasil possuía em 1982, segundo dados da PNAD, excluindo a zona rural da Região Norte, 899 mil professores de primeiro grau. Destes, 730 mil (81%) residiam na zona urbana e 169 mil (19%), na zona rural.

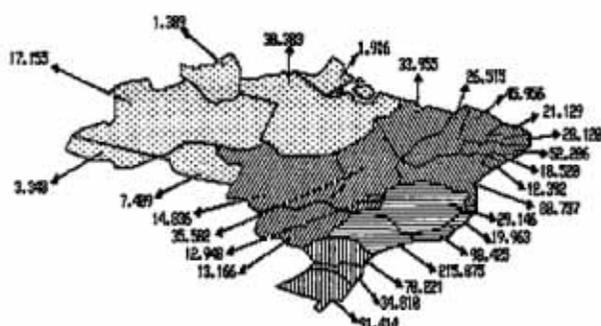
No ensino público havia 745 mil professores, dos quais 79% residiam na zona urbana e no ensino particular o total de professores perfazia quase 154 mil, 91% deles residentes na zona urbana.

A maior concentração de professores de primeiro grau encontrava-se na Região Sudeste, com 386 mil professores, 92% deles residindo na zona urbana. Seguiam-se a Região Nordeste, com 270 mil (67% na zona urbana) e a Região Sul com 159 mil (74% na zona urbana), e, finalmente, a Região Centro-Oeste, com 55 mil professores,

FIGURA 1

B
R
A
S
I
L

**ENSINO DE 1. GRAU
1 9 8 7
DOCENTES DE 1. GRAU**



LEGENDA

-  NORTE
-  NORDESTE
-  SUDESTE
-  SUL
-  CENTRO-OESTE

REGIÃO	% DE DOCENTES		
	TOTAL	URBANO	RURAL
NORTE	5,51	4,75	6,85
NORDESTE	28,68	23,95	44,35
SUDESTE	41,47	47,35	21,58
SUL	17,58	16,75	20,46
CENTRO-OESTE	6,84	7,28	5,64
BRASIL	100,00	100,00	100,00

FONTE: SEEC/MEC

dos quais 83% residiam na zona urbana. Na Região Norte, onde são levantados apenas os dados da zona urbana, o número de professores era de aproximadamente 28 mil (Quadro 1).

Dos 899 mil professores, 609,7 (78%) lecionavam nas primeiras quatro séries e destes 23,3% residiam na zona rural. Entre os professores de quinta a oitava série, apenas 5,3% residiam na zona rural.

Pelos dados do SEEC, que dizem respeito a pessoal docente dos estabelecimentos de ensino e não a professores enquanto indivíduos, em 1982 havia 960.805 postos de trabalho no magistério de primeiro grau, superando em 6% o número levantado pela PNAD. Esta discrepância, que passa a ser de 5% se somarmos ao último número o corpo docente do Norte rural, não levantado pela PNAD, provavelmente se deve ao fato de que um mesmo professor pode lecionar em mais de uma escola e, assim, ser computado mais de uma vez nas estatísticas do SEEC.

Ajustando-se os números da PNAD/82, com base em taxas de crescimento do pessoal docente calculadas sobre os dados do SEEC, para as diferentes regiões, e acrescentando-se os docentes da zona rural da região Norte, não levantados pela PNAD, pode-se estimar que em 1987 já havia no Brasil cerca de um milhão e sessenta e cinco mil professores de primeiro grau, assim distribuídos: 60 mil na região Norte, 328 mil no Nordeste, 419 mil no Sudeste, 186 mil no Sul e 72 mil no Centro-Oeste. Os maiores crescimentos no número de postos docentes, segundo o SEEC, ocorridos no período 82-87, verificaram-se nas regiões Norte (42%) e Centro-Oeste (29%).

Mais da metade dos docentes de primeiro grau concentra-se em cinco estados (Fig. 1): São Paulo (20%), Minas Gerais (12%), Rio de Janeiro (9%), Rio Grande do Sul (8%) e Bahia (7%). A maioria deles leciona em escolas estaduais (56,7%) ou municipais (29,4%). Daqueles que lecionam na zona rural, 71% (179 mil) pertencem às redes municipais. No ensino particular, em sua grande extensão urbano, encontra-se 13% deste segmento profissional. Cerca de 12% dos docentes do ensino de primeiro grau lecionam em escolas de apenas uma sala, quase todos (97,7%) localizadas na zona rural.

2. QUEM SÃO?

2.1 - Nível de instrução

2.1.1. Os dados de 82

No tratamento dos dados da PNAD-82, relativos às pessoas que se declararam exercendo a ocupação magistério, Fletcher subdividiu a variável "nível de instrução", definida pelo número de séries completadas, em cinco classes: menos que 5 anos, de 5 a 8 anos, de 9 a 11 anos, e mais que 11 anos.

Como foi comentado anteriormente, os dados da PNAD não permitem discriminar todos os professores que têm e os que não têm formação específica para o magistério. Nas classes utilizadas por Fletcher, é também impossível identificar o número total dos que possuem primeiro grau completo, segundo grau completo e curso superior completo. Por exemplo, a classe "de 5 a 8 anos" inclui os que terminaram o primeiro grau e os que não completaram a 6ª série ou a 7ª série.

Uma análise dos números de professores de primeiro grau, por nível de instrução, segundo região e local de residência, para o ensino público e particular e ambos (Quadro 1) mostra que os professores com nível de escolaridade mais elevado

QUADRO 1
BRASIL: EDUCACAO
ENSINO PUBLICO E PARTICULAR: NUMERO E PERCENTUAL DE PROFESSORES DE PRIMEIRO GRAU, POR NIVEL DE INSTRUCAO,
SEGUNDO REGIAO E LOCAL DE RESIDENCIA - 1982.

REGIAO E LOCAL DE RESIDENCIA		PROFESSORES DE PRIMEIRO GRAU								
		TOTAL	NIVEL DE INSTRUCAO							
			< QUE 5		5 - 8		9 - 11		> QUE 11	
			NUMERO	%	NUMERO	%	NUMERO	%	NUMERO	%
TOTAL (1)	Brasil	899.020	73,446	8,17	91.657	10,20	374.814	41,69	359.103	39,94
	Norte	27.679	547	1,98	4.027	14,55	14.981	54,12	8.124	29,35
	Nordeste	270.280	51.875	19,19	47.309	17,50	112.960	41,79	58.136	21,51
	Sudeste	386.378	9.355	2,42	14.273	3,69	162.731	42,12	200.019	51,77
	Sul	159.304	7.251	4,55	18.905	11,87	57.810	36,29	75.340	47,29
	Centro-Oeste	55.379	4.418	7,98	7.145	12,90	26.332	47,55	17.484	31,57
URBANO	Brasil	729.976	11.935	1,63	38.959	5,34	336.606	46,11	342.476	46,92
	Norte	27.679	547	1,98	4.027	14,55	14.981	54,12	8.124	29,35
	Nordeste	181.080	6.338	3,50	18.326	10,12	102.438	56,57	53.978	29,81
	Sudeste	356.488	2.498	0,70	8.041	2,26	150.624	42,25	195.325	54,79
	Sul	118.212	1.194	1,01	4.637	3,92	44.335	37,50	68.046	57,56
	Centro-Oeste	46.517	1.358	2,92	3.928	8,44	24.228	52,08	17.003	36,55
RURAL (1)	Brasil	169.044	61.511	36,39	52.698	31,17	38.208	22,60	16.627	9,84
	Nordeste	89.200	45.537	51,05	28.983	32,49	10.522	11,80	4.158	4,66
	Sudeste	29.890	6.857	22,94	6.232	20,85	12.107	40,51	4.694	15,70
	Sul	41.092	6.057	14,74	14.266	34,72	13.475	32,79	7.294	17,75
		Centro-Oeste	8.862	3.060	34,53	3.217	36,30	2.104	23,74	481

FONTE: TABULACAO ESPECIAL DE AMOSTRA DA PNAD - 1982

(1) DADOS NAO DISPONIVEIS PARA ZONA RURAL DA REGIAO NORTE

concentravam-se na zona urbana, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, onde mais da metade dos professores cursaram acima de onze séries, ou seja, possuem no mínimo, curso secundário completo.

No outro extremo, com as maiores taxas de professores com mais baixos níveis de escolaridade encontravam-se as zonas rurais das regiões Nordeste e Centro-Oeste. Entretanto, também as regiões Sul e Sudeste apresentavam em suas zonas rurais índices elevados de professores nessas condições.

Tomados apenas os professores que possuem até oito séries de escolaridade, ou seja, primeiro grau completo ou incompleto (Quadro 2), verificam-se altíssimos percentuais destes na zona rural de todas as regiões. No Nordeste, este percentual era da casa de 80% e no Centro-Oeste, 70%. Dos professores das regiões Sul e Sudeste, residentes na zona rural, quase metade apresentava esse baixo nível de escolaridade. No Brasil como um todo, dos professores residentes na zona rural, 67% (114 mil) possuíam oito séries ou menos de escolaridade.

QUADRO 2
BRASIL: EDUCACAO
ENSINO PUBLICO E PARTICULAR: NUMERO E PERCENTUAL DE PROFESSORES DE PRIMEIRO GRAU QUE
POSSUEM NO MAXIMO DITO ANOS DE INSTRUCAO, POR LOCAL DE RESIDENCIA, SEGUNDO REGIAO - 1982

REGIAO	PROFESSORES COM ESCOLARIDADE DE ATÉ 8 ANOS								
	TOTAL			URBANO			RURAL		
	NUMERO	PERCENTAGENS		NUMERO	PERCENTAGENS		NUMERO	PERCENTAGENS	
		BRASIL (2)	REGIAO (3)		BRASIL (2)	REGIAO E ZONA(4)		BRASIL (2)	REGIAO E ZONA(4)
BRASIL (1)	165.103	18,37	18,37	50.894	5,66	6,68	114.209	12,70	67,56
NORTE (1)	4.574	0,51	16,53	4.574	0,51	16,55
NORDESTE	99.184	11,03	36,70	24.664	2,74	13,63	74.520	8,29	83,54
SUDESTE	23.628	2,63	6,12	10.539	1,17	2,96	13.089	1,45	43,79
SUL	26.154	2,91	16,41	5.831	0,65	4,93	20.323	2,26	49,46
CENTRO OESTE	11.563	1,29	20,88	5.286	0,59	11,36	6.277	0,70	70,83

FONTE: TABULACAO ESPECIAL DE AMOSTRA DA PNAD - 1982

(1) DADOS NAO DISPONIVEIS PARA ZONA RURAL DA REGIAO NORTE

(2) PERCENTAGEM DO TOTAL DE PROFESSORES DE PRIMEIRO GRAU DO BRASIL (899.020)

(3) PERCENTAGEM DO TOTAL DE PROFESSORES DA MESMA REGIAO

(4) PERCENTAGEM DO TOTAL DE PROFESSORES DA MESMA REGIAO E ZONA

A situação se torna mais dramática se tomarmos as taxas de professores que cursaram menos de cinco séries. Dos residentes na zona rural do Brasil como um todo, este percentual era superior a 36%, ou seja, mais de 60 mil professores. No Nordeste rural, esta percentagem chega a 51% (mais de 45 mil) e no Centro-Oeste atinge quase 35% (3 mil professores). Dos professores residentes no Sudeste rural, cerca de 23% (aproximadamente 7 mil) apresentavam grau de escolaridade inferior a cinco séries completas. No Sul rural a taxa de professores com este nível era de aproximadamente 15% (6 mil).

Também entre os professores residentes na zona urbana de algumas regiões, a taxa daqueles que possuíam baixo nível de escolaridade era bastante significativa. Na região Norte, onde são levantados, pela PNAD, apenas dados relativos à zona urbana, mais de 16% dos professores cursaram oito séries ou menos. No Nordeste urbano esta taxa era de aproximadamente 14% e no Centro-Oeste de 11%. No Brasil como um todo, os professores com este nível de escolaridade, residentes na zona urbana, chegavam a quase 51 mil (7%) do total do professorado de primeiro grau.

Os professores com escolaridade de até oito anos, como se poderia esperar, concentram-se no ensino das quatro primeiras séries, representando 23% dos 609,7 mil professores nelas lotados. Entre aqueles que lecionavam da 5ª à 8ª série, 82% (142,7 mil) possuíam mais de onze anos de escolaridade.

Os dados do SEEC/MEC que, como explicado anteriormente, dizem respeito ao pessoal docente dos estabelecimentos de ensino e não a professores enquanto

indivíduos, mostram coerência com os dados da PNAD no que se refere a nível de instrução. As diferenças entre as taxas de professores por nível seguem regularidades, sobre as quais algumas inferências podem ser feitas.

Para que fossem passíveis de comparação, os dados das duas fontes foram agrupados da seguinte maneira:

PNAD	=	SEEC
(menos de 5 anos) + (5 a 8)	=	1 grau(completo + incompleto)
de 9 a 11 anos	=	2 grau(completo + incompleto)
mais de 11 anos	=	3 grau(completo + incompleto)

Confrontando-se os dados verifica-se que, na PNAD, os professores com mais baixos níveis de escolaridade representam contingente relativo maior, especialmente no caso da zona rural (Quadro 3). É possível que a razão desta discrepância esteja na maior probabilidade de que professores com mais alto nível de escolaridade lecionem em mais de uma escola, e, sendo registrados pelo SEEC em cada uma delas, acabem

QUADRO 3
ENSINO DE PRIMEIRO GRAU - TOTAL
DISTRIBUICAO DO PESSOAL DOCENTE POR GRAU DE FORMACAO
SEGUNDO A REGIAO, CONFORME PNAD E SEEC/MEC - 1982

REGIOES E SITUACAO DO DOMICILIO	PESSOAL DOCENTE					
	PRIMEIRO GRAU (COMPLETO E INCOMPLETO)		SEGUNDO GRAU (COMPLETO E INCOMPLETO)		TERCEIRO GRAU (COMPLETO E INCOMPLETO)	
	PNAD	SEEC	PNAD	SEEC	PNAD	SEEC
TOTAL (1) Brasil	18,37	15,39	41,69	39,77	39,94	44,84
Norte	. . .	33,33	. . .	44,10	. . .	22,57
Nordesta	36,70	31,96	41,79	44,24	21,51	23,80
Sudeste	6,12	4,99	42,12	36,65	51,77	58,35
Sul	16,41	10,95	36,29	36,85	47,29	52,20
Centro-Oeste	20,88	16,30	47,55	47,63	31,57	36,07
URBANO						
Brasil	6,98	3,12	46,11	41,20	46,92	55,68
Norte	16,53	9,99	54,12	58,01	29,35	32,00
Nordesta	13,62	6,64	56,57	56,17	29,81	37,19
Sudeste	2,96	1,19	42,25	35,21	54,79	63,60
Sul	4,93	2,05	37,50	31,75	57,56	66,20
Centro-Oeste	11,36	5,12	52,08	51,47	36,55	43,40
RURAL (1) Brasil	67,56	55,84	22,6	35,07	9,84	9,10
Norte	. . .	76,34	. . .	18,47	. . .	5,20
Nordesta	83,54	72,79	11,80	24,99	4,66	2,27
Sudeste	43,79	36,29	40,51	48,54	13,70	15,17
Sul	49,46	31,76	32,79	48,76	17,75	19,49
Centro-Oeste	70,83	64,99	23,74	30,87	5,43	4,13

FONTES: SEEC/MEC E PNAD/IBGE - 1982

(1) DADOS NAO DISPONIVEIS, NA PNAD, PARA ZONA RURAL DA REGIAO NORTE

QUADRO 4

BRASIL : EDUCACAO

ESCOLARIDADE MEDIA DOS PROFESSORES DE PRIMEIRO GRAU,
POR LOCAL DE RESIDENCIA, SEGUNDO REGIAO - 1982

REGIAO	ESCOLARIDADE MEDIA					
	TOTAL		URBANO		RURAL	
	PNAD	SEEC	PNAD	SEEC	PNAD	SEEC
BRASIL	10,35	11,46	11,12	12,62	7,02	7,64
NORTE (1)	...	9,64	10,25	11,27	...	6,62
NORDESTE	8,88	9,60	10,33	11,59	5,93	6,39
SUDESTE	11,27	12,71	11,52	13,20	8,36	8,67
SUL	10,73	11,79	11,32	12,74	8,43	9,58
CENTRO OESTE	10,01	11,08	10,62	11,96	6,82	7,21

Fontes dos dados brutos: Tabulacao Especial da PNAD -1982 e SEEC/MEC

(1) Dados nao disponiveis, na PNAD, para a zona rural da Regiao Norte

por representar maior peso percentual. A discrepância mais acentuada para a zona rural pode decorrer do fato de a dimensão urbana x rural na PNAD ser relativa ao local de residência do professor e não à localização da escola, como nos dados do SEEC. Provavelmente, muitos dos professores mais habilitados que lecionam no meio rural residem nas cidades e são, portanto, computados pela PNAD na zona urbana, o que aumenta o peso percentual dos menos habilitados na zona rural.

As médias dos anos de escolaridade, calculadas para os dados da PNAD e do SEEC/MEC (Quadro 4), mostram que professores da zona urbana possuíam 3 a 5 anos de escolaridade a mais que os da zona rural. As médias da zona rural de todas as regiões eram bastante inferiores ao mínimo necessário das onze séries correspondentes ao curso de magistério (ou curso normal). Pelos dados da PNAD, a média nacional era inferior a estas onze séries; pelos do SEEC, ela atingia 11,46, o que, de qualquer forma, é uma média bastante baixa. Norte, Nordeste e Centro-Oeste rurais apresentavam médias inferiores aos oito anos correspondentes ao 1º grau.

Calculando-se separadamente a escolaridade média dos professores que lecionavam as quatro primeiras séries, segundo a PNAD (Quadro 5), verificam-se valores ainda menores que os citados, para todas as regiões, já que docentes com menos instrução concentram-se nestas séries. Os residentes no Sul rural passam a compor o grupo dos que possuem média inferior a oito séries. Para professores que lecionavam da 5ª à 8ª série e que representavam 20% do total, a média nacional de escolaridade era de 12,42 anos. Apenas os residentes na zona rural do Centro-Oeste - pequeno

QUADRO 5

BRASIL : ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
 ESCOLARIDADE MEDIA DOS PROFESSORES, POR SERIES LECIONADAS
 E LOCAL DE RESIDENCIA, SEGUNDO REGIAO - 1982

REGIAO	ESCOLARIDADE MEDIA					
	TOTAL		URBANO		RURAL	
	1a. A 4a.	5a. A 8a.	1a. A 4a.	5a. A 8a.	1a. A 4a.	5a. A 8a.
BRASIL	9,78	12,42	10,69	12,46	6,78	11,83
NORTE (1)	9,63	11,89	9,63	11,89
NORDESTE	8,39	12,00	9,95	12,00	5,73	11,66
SUDESTE	10,80	12,61	11,11	12,61	8,09	12,21
SUL	10,00	12,53	11,00	12,53	7,98	11,96
CENTRO OESTE	9,62	11,75	10,38	11,75	6,76	8,21

Fonte dos dados brutos: Tabulação Especial da PNAD/IBGE - 82

(1) Dados não disponíveis para a zona rural da Região Norte

contingente de 316 professores - não superavam onze anos de instrução. Cabe observar, entretanto, que a média esperada para as últimas séries, considerando-se o que a legislação prevê, seria bastante superior às médias encontradas.

A PNAD levanta também se o entrevistado freqüentava escola no momento da pesquisa. Em 1982, do total de professores de 1º grau, 18% freqüentavam escola. As maiores percentagens destes concentravam-se entre os que já possuíam onze anos de instrução. Dos que tinham menos de cinco anos de escolaridade, apenas 14,3% continuavam freqüentando escola e dos que possuíam entre 5 e 8 séries, este percentual era de 14,8%, para o Brasil como um todo.

2.1.2. Evolução do perfil de escolaridade - 1977 a 1987

A. Dados gerais

Tomando-se por base os levantamentos anuais do SEEC/MEC, aqui tabulados de maneira a se tornarem comparáveis, é possível verificar a evolução do perfil do nível de instrução do corpo docente do ensino de primeiro grau, no âmbito nacional e regional. Para a presente análise foram selecionados os anos de 1987 (por ser o último cujos dados estão disponíveis), 1982 (por serem os dados passíveis de

QUADRO 6
ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
PESSOAL DOCENTE POR GRAU DE FORMAÇÃO,
SEGUNDO REGIÃO E LOCALIZAÇÃO - 1977

REGIÃO E LOCALIZAÇÃO	PESSOAL DOCENTE							
	TOTAL	PRIMEIRO GRAU		SEGUNDO GRAU			TERCEIRO GRAU	
		INCOMPLETO	COMPLETO	FORMAÇÃO P/ MAGISTERIO		OUTRO		
				INCOMPLETA	COMPLETA			COMPLETO
TOTAL	Brasil	897.133	110.415	49.994	25.211	255.392	180.104	276.017
	Norte	33.376	8.456	3.829	1.683	9.953	5.382	4.071
	Nordeste	250.914	67.643	19.153	9.569	72.729	43.725	38.095
	Sudeste	405.966	14.475	7.378	4.386	126.736	86.842	166.149
	Sul	199.515	17.581	17.758	7.905	41.287	46.377	68.607
	Centro-Oeste	48.354	8.208	3.743	2.656	13.816	10.729	9.202
URBANO	Brasil	689.547	17.501	19.065	14.295	215.435	163.670	259.581
	Norte	23.173	1.596	1.996	1.331	9.064	5.223	3.963
	Nordeste	165.713	10.117	8.242	5.248	63.291	41.592	37.223
	Sudeste	353.119	2.163	3.949	2.719	107.301	80.347	156.640
	Sul	140.357	2.554	3.666	3.375	29.956	38.313	62.493
	Centro-Oeste	38.199	1.956	1.950	2.097	12.802	10.381	9.013
RURAL	Brasil	207.586	92.914	30.929	10.916	39.957	16.434	16.436
	Norte	10.203	6.860	1.833	354	889	159	108
	Nordeste	85.201	57.526	10.911	4.321	9.438	2.133	872
	Sudeste	52.847	12.312	3.429	1.667	19.435	6.495	9.509
	Sul	59.158	15.027	14.092	4.530	11.331	8.064	6.114
	Centro-Oeste	10.155	6.252	1.793	559	1.914	348	189

FONTE: SEEC/NEC

comparação aos da PNAD) e 1977, o que permite cobrir um período de dez anos (Quadros 6 e 7).

O pessoal docente do ensino de primeiro grau do Brasil em 1977 perfazia um total de 897,1 mil, tendo aumentado para aproximadamente 1.117,4 mil em 1987. Nos dez anos, o corpo docente cresceu aproximadamente 25% no total (22% na zona rural). As regiões que tiveram maiores crescimentos relativos foram a Norte (84%) e Centro-Oeste (58%), seguidas pelo Nordeste (27%). No Sudeste houve um aumento de 14% e no Sul, um decréscimo de cerca de 2%. Em números absolutos, a maior expansão do corpo docente se deu no Nordeste (67 mil) e no Sudeste (57 mil).

Tomando-se os dados para os diferentes níveis de instrução (Quadro 8 e Figuras 2 e 3), verifica-se que:

(1) Tem havido, de modo geral, um crescimento do pessoal docente com terceiro grau completo e daquele com curso de magistério de segundo grau.

Na zona urbana de todas as regiões houve um decréscimo de professores com instrução no nível de primeiro grau, completo e incompleto, bem como de magistério incompleto e daqueles que possuíam segundo grau sem magistério. Cresceu, por outro lado, o número de professores com habilitação para o magistério e daqueles com licenciatura; em ambos os casos, os maiores aumentos relativos se deram no Norte e Centro-Oeste, onde o quantitativo de professores com estes graus de escolaridade, em 1987, é superior ao dobro do de 1977. Entretanto, ainda é na zona urbana do Sudeste e do Sul que os professores com magistério e licenciatura, somados, constituem maiores percentuais do corpo docente: 94 e 89%, respectivamente. Tomando-se

crescimento do corpo docente de diferentes níveis de formação.

(3) Há diferenças regionais e entre zonas urbana e rural com respeito ao

segundo grau cuja opção não é o magistério, vem decrescendo ou tendo um cresci-

mento de menor monta.

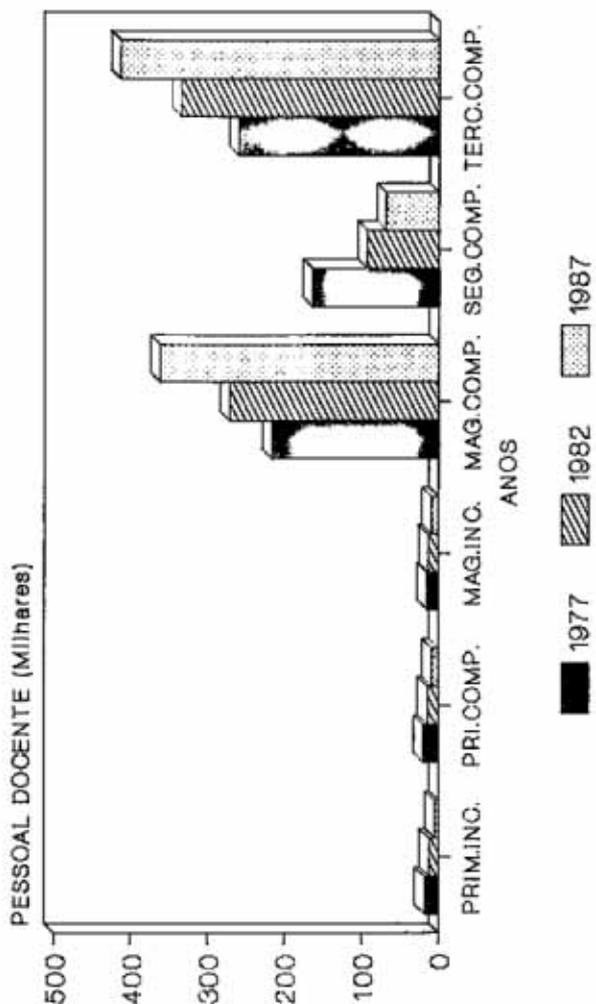
Nota: os totais incluem os casos de localização não informada

FONTE: SEEC/MEC

REGIÃO	LOCALIZAÇÃO	E	PERSONAL DOCENTE			
			PRIMEIRO GRAU	SEGUNDO GRAU	TERCEIRO GRAU	TOTAL
TOTAL BRASIL	URBANO	Norte	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério
			Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério
		Nordeste	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério
			Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério
		Sudeste	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério
			Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério
	Centro-Oeste	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	
		Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	
	RURAL	Brasil	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério
			Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério
		Norte	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério
			Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério
Nordeste		Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	
		Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	
Centro-Oeste	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério		
	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério	Formação p/ Magistério		

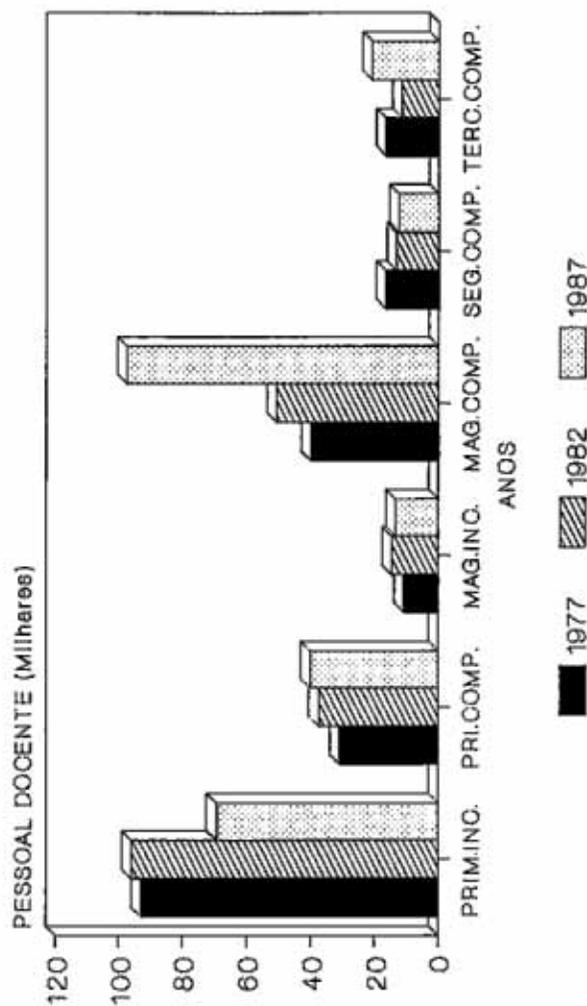
QUADRO 7
ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
Personal docente por grau de formação
segundo região e localização - 1987

FIGURA 2
BRASIL-URBANO: ENSINO DE 1.GRAU
PESSOAL DOCENTE POR GRAU DE INSTRUCAO



FONTE: SEEC/MEC

FIGURA 3
BRASIL-RURAL: ENSINO DE 1.GRAU
PESSOAL DOCENTE POR GRAU DE INSTRUCAO



FONTE: SEEC/MEC

apenas os que possuem licenciatura, as percentagens se aproximam a 60% nas duas regiões, contra uma taxa de 24% no Norte, 28% no Nordeste e 40% no Centro-Oeste urbanos.

Também na *zona rural* de todas as regiões houve crescimento do número de professores com magistério e licenciatura completos. Novamente, embora os aumentos relativos tenham sido maiores no Norte e Centro-Oeste, é ainda no Sudeste e Sul que os docentes com estes graus de instrução, somados, representam maiores percentagens: 76 e 62%, respectivamente. Nas outras regiões esta taxa gira em torno de 30%. Nas escolas rurais de quase todas as regiões decresceu o número de postos ocupados por docentes com primeiro grau incompleto. A exceção é representada pela região Norte, onde houve um aumento de cerca de 2 mil postos ocupados por professores com este grau de instrução. Ao contrário das regiões Sudeste e Sul, no Norte, Nordeste

QUADRO 8
ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
CRESCIMENTO PERCENTUAL DO CORPO DOCENTE POR GRAU DE FORMAÇÃO,
SEGUNDO REGIÃO E LOCALIZAÇÃO, NO PERÍODO DE 1977 A 1987

Região	e	Localização	PERCENTUAIS DE CRESCIMENTO DOS DOCENTES						
			Total	NÍVEL DE INSTRUÇÃO		Formação p/ Magistério		Terceiro Grau	
Incompleto	Completo	Incompleta		Completa	Completo	Completo			
TOTAL	Brasil		24,55	(32,96)	(1,70)	(10,52)	79,33	(55,40)	57,00
	Norte		84,32	12,37	79,19	87,06	174,39	(14,07)	147,36
	Nordeste		27,35	(30,08)	38,20	5,02	107,89	(43,60)	57,13
	Sudeste		14,15	(50,47)	(48,77)	(58,62)	43,01	(71,80)	47,40
	Sul		(1,54)	(73,20)	(56,53)	(44,15)	64,96	(60,51)	35,82
	Centro-Oeste		58,11	(34,83)	14,29	17,81	118,20	(23,29)	175,16
URBANO	Brasil		25,24	(73,34)	(31,36)	(37,20)	67,33	(58,53)	58,84
	Norte		77,18	(57,52)	(10,42)	(0,53)	159,12	(21,23)	143,93
	Nordeste		24,81	(77,71)	(51,81)	(35,69)	85,49	(47,99)	56,35
	Sudeste		15,80	(65,60)	(71,84)	(63,15)	39,03	(72,42)	49,85
	Sul		3,04	(79,76)	(75,23)	(54,79)	46,80	(66,94)	36,06
	Centro-Oeste		62,72	(75,87)	(25,33)	(16,55)	106,92	(29,64)	173,88
RURAL	Brasil		22,03	(25,41)	28,79	24,32	143,30	(24,48)	27,18
	Norte		99,97	26,54	176,54	416,10	327,00	221,38	253,70
	Nordeste		31,85	(21,76)	105,92	54,22	256,59	40,51	77,75
	Sudeste		3,07	(47,87)	(22,19)	(31,23)	64,94	(64,11)	7,11
	Sul		(12,40)	(72,09)	(51,69)	(36,23)	112,98	(29,99)	33,32
	Centro-Oeste		40,72	(22,06)	57,39	146,51	260,55	166,09	233,98

FONTE DOS DADOS BRUTOS: SEEC/MEC
() NÚMEROS NEGATIVOS

e Centro-Oeste ainda houve expansão dos segmentos docentes com primeiro grau completo, magistério incompleto e segundo grau completo com outra opção que não o magistério.

O maior crescimento, absoluto (202 mil) e relativo (79%), consideradas as escolas urbanas e rurais, deu-se no segmento do corpo docente com magistério completo. Em 1977 este representava 28% dos professores, perfazendo um total de 255,4 mil; em 1987 passa para 458 mil, ou seja, 41% do total (Fig. 4). O crescimento relativo foi maior na zona rural, superando 320% no Norte e 250% no Nordeste e Centro-Oeste. Também o pessoal docente com terceiro grau completo vem aumentando nas zonas urbana e rural. No período 77-87, os docentes com este nível de escolaridade aumentaram em 57%, ou seja, de 276 mil (30,8% do total) para 433,3 mil (38,8%).

O perfil de escolaridade dos professores, entretanto, difere segundo a dependência administrativa da escola onde lecionam. No conjunto dos sistemas estaduais, onde estão 54% dos postos docentes, a quase totalidade (97%) possui pelo menos segundo grau completo e aproximadamente a metade é portadora de diploma de licenciatura. Por outro lado, as redes municipais, que abrigam 29% das funções de magistério do ensino básico e que são responsáveis pelo atendimento de 73% dos alunos da zona rural, têm cerca de 40% destas funções ocupadas por professores que possuem apenas primeiro grau de instrução. Os que têm curso de licenciatura somam 20% e os portadores de habilitação de magistério não atingem 38%. No ensino particular (com 12% do total de docentes) e federal (com 5%), o perfil de escolaridade dos professores se aproxima daquele existente no conjunto das escolas estaduais.

B. Professores leigos

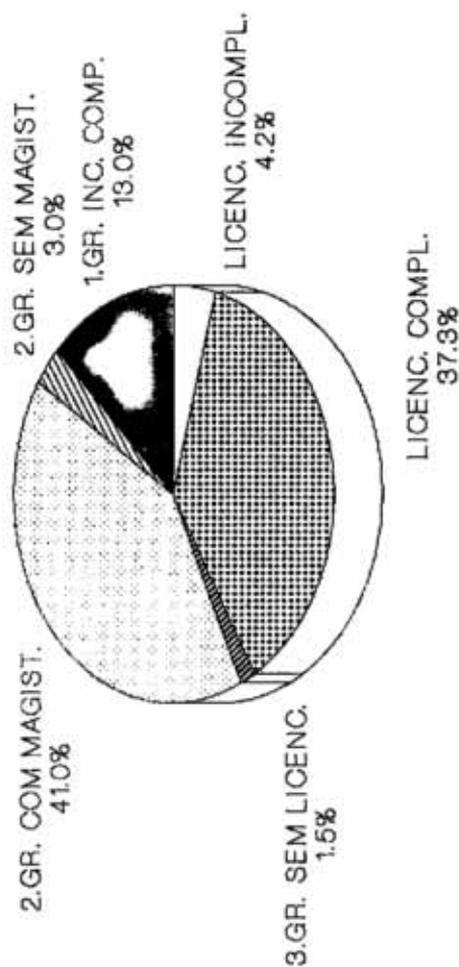
Agrupando-se todo o pessoal docente que possui escolaridade inferior a segundo grau completo (inclusive magistério incompleto), aqui considerados "leigos", *lato sensu*, verifica-se que (Quadro 9) o percentual de professores com este perfil de escolaridade apresentou redução em todas as regiões e zonas entre 1977 e 1987. No total (urbano e rural), as maiores reduções se deram na região Centro-Oeste, onde o percentual decresceu de 30,2% para 16,7% (diminuição de 13,5%) e Sul (de 21,6 para 8,6%). A região Norte, que já possuía, em 1977, o maior percentual de professores com escolaridade inferior a segundo grau (41,9%), apresenta ainda a maior participação deste segmento (31,7%), em seu corpo docente; a redução no período foi superior apenas à da região Sudeste, onde a participação deste segmento já era bem menor (6,5% em 1977 e 2,8% em 1987).

A *zona rural* concentra ainda, a despeito das reduções percentuais no período 77-87, um contingente elevado de professores que possuem apenas primeiro grau de escolaridade - quase metade do total. Em 1977, o percentual deste segmento do corpo docente, na zona rural, era da ordem de 64,9%; em 1987, embora em termos absolutos tenha havido um acréscimo de docentes com este nível nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a participação no total diminuiu para 48,4%.

Na *zona urbana* a presença de docentes com este nível de instrução é quase residual: 2,7% do total de professores do ensino de primeiro grau. Quase metade deles (42%) encontra-se no Nordeste, embora seja a região Norte a que apresenta a maior taxa de docentes leigos (9,2%) em suas escolas urbanas.

É nas redes municipais que se concentram os docentes com mais baixo nível de formação. Enquanto no sistema estadual a taxa de docentes em exercício que

FIGURA 4
BRASIL: ENSINO DE 1.GRAU - 1987
PESSOAL DOCENTE POR GRAU DE INSTRUCAO



FONTE: SEEC/MEC

QUADRO 9
BRASIL - EDUCACAO
ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
CRESCIMENTO DO CORPO DOCENTE COM PRIMEIRO GRAU DE ESCOLARIDADE,
SEGUNDO REGIAO E LOCALIZACAO ,NO PERIODO DE 1977 A 1987

REGIAO E LOCALIZACAO		DOCENTES COM PRIMEIRO GRAU DE INSTRUÇÃO						RANK DA DIFERENÇA
		1977		1987		DIFERENÇA		
		NUMERO	% DO TOTAL	NUMERO	% DO TOTAL	NUMERO	% DO TOTAL	
		A	B	C	D	C-A	D-B	
TOTAL	Brasil	185.620	20,7	145.692	13,0	(39.928)	(7,7)	
	Norte	13.970	41,9	19.515	31,7	5.545	(10,1)	4
	Nordeste	96.363	38,4	83.814	26,2	(12.551)	(12,2)	3
	Sudeste	26.239	6,5	12.765	2,8	(13.474)	(3,7)	5
	Sul	43.244	21,7	16.842	8,6	(26.402)	(13,1)	2
	Centro-Oeste	14.607	30,2	12.756	16,7	(1.851)	(13,5)	1
URBANA	Brasil	50.861	7,4	22.879	2,7	(27.982)	(4,7)	
	Norte	4.923	21,2	3.790	9,2	(1.133)	(12,0)	1
	Nordeste	23.607	14,3	9.602	4,6	(14.005)	(9,6)	3
	Sudeste	8.831	2,5	2.858	0,7	(5.973)	(1,8)	5
	Sul	9.595	6,8	2.951	2,0	(6.644)	(4,8)	4
	Centro-Oeste	6.005	15,7	3.678	5,9	(2.327)	(9,8)	2
RURAL	Brasil	134.759	64,9	122.715	48,4	(12.044)	(16,3)	
	Norte	9.047	88,7	15.714	77,0	6.667	(11,7)	5
	Nordeste	72.758	85,4	74.138	66,0	1.380	(19,4)	3
	Sudeste	17.408	32,9	9.899	18,2	(7.509)	(14,8)	4
	Sul	33.649	56,9	13.891	26,8	(19.758)	(30,1)	1
	Centro-Oeste	8.604	84,7	9.073	63,5	469	(21,2)	2

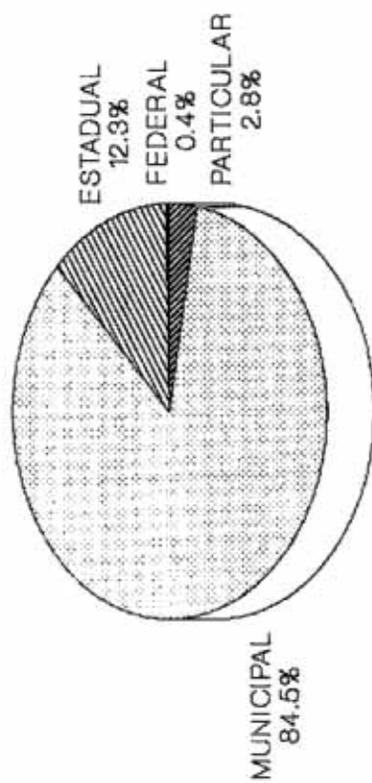
FORNTE DOS DADOS BRUTOS: SEEC/MEC
 () NUMEROS NEGATIVOS

possuam apenas primeiro grau representava, em 1987, 2,8% do total do sistema, na rede municipal, atingia 37,4%. No ensino particular, 2,8% do corpo do docente pertence a este segmento e na rede federal perfaz 9,5%.

Como os quantitativos das várias redes apresentam dimensões muito diferentes em números absolutos, tinha-se em 1987 a seguinte distribuição de professores com escolaridade de primeiro grau: 123 mil na rede municipal (84,5%), 18 mil na estadual (12,3%), 4,1 mil na particular (2,8%) e 0,6 mil na federal, ou seja, 0,4% do total (Figura 5).

A concentração de docentes com este perfil de instrução na rede municipal é um fenômeno comum a todas as regiões, embora apresente maior proporção na região Nordeste, onde 93% dos docentes leigos estão nas escolas municipais. Seguem-se o Sul, com 83%, Sudeste, com 72% e Centro-Oeste e Norte, com quase 70% de seus

FIGURA 6
BRASIL: ENSINO DE 1.GRAU - 1987
PROFESSORES COM 1.GRAU DE INSTRUCAO



FONTE: SEEC/MEC

docentes leigos lotados nas redes municipais. Das escolas municipais de todo o país, cerca de 75% possuem apenas uma sala. Os docentes dessas escolas perfazem 139,2 mil (ou 12,5% do total de docentes do ensino de 1º grau) e destes 87,5 mil (63,5%) não possuem 2º grau completo de escolaridade.

Estimativas feitas, multiplicando-se a taxa de alunos por professor, em cada região e zona, pelo número de professores leigos, mostram que cerca de 3,5 milhões de alunos da escola básica são atendidos por professores que não possuem segundo grau de escolaridade. Destes, 2 milhões encontram-se na região Nordeste - 61,7% deles em escolas de apenas uma sala. Na região Norte, mais de 500 mil estudantes de primeiro grau são alunos de professores leigos. Do total de 3,5 milhões de alunos, 84%, ou seja, 2,9 milhões estudam em escolas municipais.

O professor leigo é cada vez mais, portanto, fenômeno caracteristicamente rural. Localiza-se em escolas de apenas uma sala, é contratado pelos municípios e, em muitos casos, no local onde atua não há recurso humano com maior grau de escolaridade disponível. E mesmo nas escolas rurais de apenas uma sala a concentração de leigos vem diminuindo, o que, em princípio, pode representar uma melhoria de qualidade do ensino.

C. Escolaridade média

As alterações na composição do pessoal docente segundo o grau de instrução, no período 77-87, refletem-se nas diferenças da média de anos de estudos. O crescimento mais acentuado da escolaridade dos professores se deu na zona rural, de todas as regiões, onde as médias eram significativamente mais baixas que as da zona urbana. As regiões que apresentaram maiores aumentos foram Centro-Oeste e Nordeste.

Os dados de 1987 mostram que as escolaridades médias dos docentes variam entre os estados de uma mesma região (Fig. 6). No Norte, onde esta média era de mais de 10 anos em todos os estados, o pior escore era o do Pará. Na mesma faixa (entre 9 e 9,9 anos) encontravam-se Maranhão e Piauí. No Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte e Alagoas a média estava na faixa de 10 anos, comparando-se ao estado de Goiás. Minas Gerais era o estado do Sudeste cujos docentes de primeiro grau apresentavam menor média de escolaridade (11,9), na mesma faixa do Mato Grosso. O Espírito Santo assemelha-se aos estados da região Sul e na mesma faixa encontra-se Pernambuco (entre 12 e 12,9 anos). As unidades da federação onde os docentes possuem escolaridade média mais elevada - acima de 13 anos - são, em ordem decrescente, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

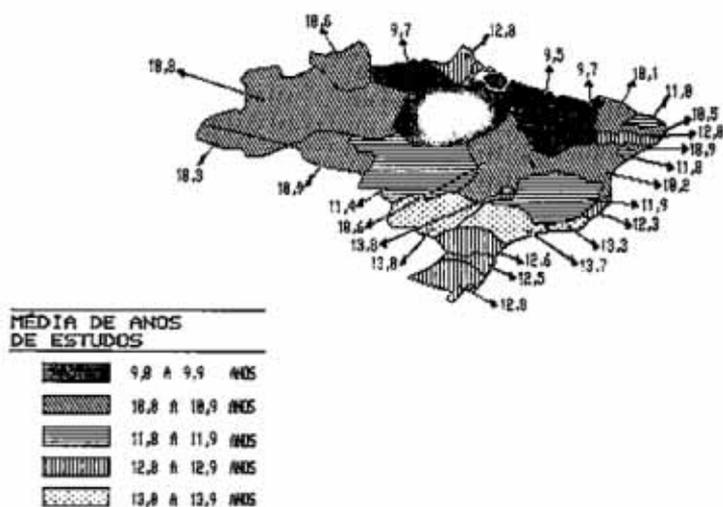
Com base nas proporções de alunos de 1ª a 4ª séries e de 5ª a 8ª, calculou-se, para cada região e zona, a média de escolaridade mínima esperada, considerando-se que, grosso modo, a proporção de professores de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª deve corresponder à proporção de alunos desses dois grupos. Para o magistério das primeiras quatro séries, cuja exigência (Lei 5692/71) é a habilitação a nível de segundo grau, tomou-se como escolaridade mínima 11 anos de estudo; para o ensino da 5ª a 8ª, cuja exigência é a licenciatura, considerou-se 15 anos de escolaridade, já que os dados do SEEC não permitem discriminar o pessoal docente segundo a duração de seu curso superior. A escolaridade real foi calculada considerando-se, para o primeiro grau: incompleto - 4 anos, completo - 8; segundo grau: incompleto - 10 anos, completo - 11; superior: incompleto - 13 e completo - 15 anos.

Como as proporções dos dois grupos de alunos (1ª a 4ª e 5ª a 8ª) não variaram muito nos períodos analisados, a escolaridade mínima exigida do professorado tam-

FIGURA 8

B
R
A
S
I
L

ENSINO DE 1. GRAU
MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DOS DOCENTES
1 9 8 7



FONTE: SEEC/MEC

QUADRO 10
BRASIL - ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
Média de anos de estudo do pessoal docente,
segundo região e localização - 1977 e 1987

REGIÃO E LOCALIZAÇÃO	MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO				DIFERENÇA		DIFERENÇA
					Real-Esperada		Média
	1977		1987		1977	1987	Real
	Real	Esperada	Real	Esperada			
TOTAL							
BRASIL	11,55	12,16	12,02	12,26	(0,61)	(0,24)	0,47
NORTE	9,62	11,95	10,28	11,92	(2,31)	(1,64)	0,66
NORDESTE	9,45	11,85	10,52	11,97	(2,38)	(1,45)	1,07
SUDESTE	12,72	12,37	13,05	12,51	0,35	0,54	0,33
SUL	11,92	12,26	12,69	12,36	(0,34)	0,33	0,77
CENTRO-OESTE	10,69	12,09	11,75	12,31	(1,40)	(0,56)	1,06
URBANO							
BRASIL	12,67	12,55	12,95	12,55	0,12	0,38	0,26
NORTE	11,30	12,37	11,80	12,29	(1,07)	(0,49)	0,50
NORDESTE	11,35	12,42	12,10	12,43	(1,07)	(0,33)	0,75
SUDESTE	13,85	12,57	13,35	12,64	1,28	0,71	(0,50)
SUL	13,09	12,78	13,40	12,61	0,31	0,79	0,31
CENTRO-OESTE	11,87	12,39	12,58	12,53	(0,52)	0,05	0,71
RURAL							
BRASIL	7,85	11,12	8,58	11,20	(3,27)	(2,82)	0,53
NORTE	5,79	11,08	7,22	11,15	(5,29)	(3,95)	1,43
NORDESTE	5,74	11,03	7,61	11,11	(5,29)	(3,50)	1,87
SUDESTE	10,08	11,58	10,81	11,28	(1,50)	(0,47)	0,73
SUL	9,16	11,26	10,68	11,47	(2,10)	(0,79)	1,52
CENTRO-OESTE	6,25	11,10	8,13	11,23	(4,85)	(3,10)	1,88

Fonte dos dados brutos: SEEC/NEC

() Números negativos

bém se alterou pouco (Quadro 10). Entretanto, como visto anteriormente, a escolaridade real mostrou aumento no período 77-87, diminuindo-se, portanto, as diferenças entre a escolaridade esperada e a escolaridade real. Em 1977, verifica-se um déficit de 0,61 anos de escolaridade para a média de todo o corpo docente de primeiro grau que, em 1987, diminuiu para 0,24. A zona urbana passou de uma diferença positiva de 0,12 para 0,33 anos e a zona rural diminuiu seu déficit de 3,27 para 2,64.

As alterações no período 77-87, entretanto, não mudaram a posição relativa das várias regiões neste escore (déficit de escolaridade). Professores do Norte, Nordeste

e Centro-Oeste continuam apresentando déficits, que, em 1987, variam de 1,64 a 0,56 anos de estudo, para o total urbano e rural e de 3,93 a 3,10 anos para a zona rural. No ensino urbano, apenas Norte e Nordeste ainda apresentam déficit.

Concluindo, embora os ganhos na escolaridade média real tenham sido maiores na zona rural e nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, é aí que se verificam ainda os maiores déficits com relação à média de escolaridade desejável para os professores do ensino de primeiro grau.

2.2. Idade

Segundo os dados da PNAD, a idade média dos professores de primeiro grau era, em 1982, 31,5 anos. Em torno desta média, verificavam-se variações em função de região e domicílio (urbano ou rural), bem como de grau de instrução. De modo geral, os professores residentes na zona rural apresentavam média de idade mais baixa que os da zona urbana (28,6 e 32,2, respectivamente).

Tomando-se apenas os professores que possuíam nível de instrução equivalente a primeiro grau, completo ou incompleto, ou seja, até oito séries (Quadro 11), pode-se verificar a relação entre idade, região e domicílio. A idade média dos professores com este nível de instrução era mais elevada na zona urbana (33,3), variando de 38 anos no Sul a 31 no Norte. Na zona rural, a idade dos professores com escolaridade inferior a oito séries variava de 29 anos no Nordeste e Sul a 23 no Centro-Oeste.

Analisando-se estas relações, podem-se estabelecer hipóteses sobre a evolução do recrutamento de professores de primeiro grau nas diferentes regiões e zonas de domicílio. As altas médias de idade verificadas na zona urbana parecem indicar que os professores com menor grau de instrução eram aqueles que já estavam há mais tempo na atividade de magistério, portanto, recrutados, quando, provavelmente, a disponibilidade de professores qualificados era menor. Este parece ser particularmente o caso da região Sul, onde a idade média dos professores com nível de instrução de primeiro grau, completo ou não, residentes na zona urbana, era de 38 anos. No Sudeste e Centro-Oeste urbanos, essa média era de cerca de 35 anos.

O fato de serem mais baixas as médias de idade dos professores com escolaridade de primeiro grau residentes na zona rural sugere que o recrutamento de professores não-preparados tem ocorrido ainda recentemente nas escolas rurais.

Se se tomar, por hipótese, a idade média de 45 anos como época provável de aposentadoria da maioria dos professores de primeiro grau - partindo-se do pressuposto de que a idade média de ingresso na carreira é em torno de 20 anos e acrescentando-se a esses, os 25 anos de serviço -, pode-se concluir que, para os professores com nível de instrução de até oito séries, residentes na zona rural, a expectativa de vida ativa profissional seria mais longa (cerca de 16 anos) que para os da zona urbana (por volta de 12), para o Brasil como um todo. No Centro-Oeste rural esta expectativa chegaria a mais de 20 anos.

Esse fator - expectativa de vida ativa no magistério - reveste-se de maior importância na medida em que se verifica que as idades médias mais baixas (portanto, expectativa de vida útil profissional mais elevada), no caso de professores com até oito séries de escolaridade, ocorrem exatamente onde há um maior contingente de professores com este nível de instrução, ou seja, nas zonas rurais, especialmente na região Centro-Oeste.

Em termos de impacto sobre os alunos, considerando-se grosso modo, uma média de 25 alunos por professor, por ano, ter-se-ia, para o Brasil como um todo, em

1982, mais de 4 milhões de alunos de primeiro grau atendidos por professores que possuíam não mais de oito séries de escolaridade. Destes, 2,5 milhões seriam residentes na região Nordeste.

Mesmo subtraindo-se dos 165 mil professores com escolaridade igual ou inferior à oitava série, aqueles que continuavam freqüentando a escola em 1982 - cerca de 24 mil - e que, em tese, poderiam adquirir um nível de escolaridade compatível com a profissão, ainda restariam mais de 140 mil professores, significando um atendimento anual próximo de 3,5 milhões de alunos. Mantidos esses professores no sistema, com a mesma situação de escolaridade, seriam mais 15 anos, em média, de atividade profissional na condição de professores leigos, com a responsabilidade de atender anualmente mais de três milhões de alunos.

Embora já se tenha verificado neste trabalho que o número de docentes com este grau de escolaridade (até oito séries) vem diminuindo - em 1987, segundo dados do SEEC, eram 120 mil os postos por eles ocupados -, ainda assim permanece o importante desafio de superar o problema da falta de qualificação daqueles que já se encontram no sistema, além, evidentemente, de evitar o recrutamento de novos

QUADRO 11
BRASIL: EDUCACAO
ENSINO PUBLICO E PARTICULAR: PROFESSORES DE PRIMEIRO GRAU QUE POSSUEM NO MAXIMO OITO ANOS DE INSTRUCAO
MEIAS DE IDADE, NUMERO E PERCENTUAL DOS QUE FREQUENTAM ESCOLA, POR LOCAL DE RESIDENCIA, SEGUNDO REGIAO
1982

REGIAO	PROFESSORES								
	MEDIA DE IDADE			FREQUENCIA A ESCOLA			FREQUENCIA A ESCOLA (%)		
	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL
BRASIL(1)	30,0	33,3	28,6	24.062	12.317	11.745	14,5	24,2	10,3
NORTE (1)	31,0	31,0	...	767	767	...	16,8	16,8	...
NORDESTE	29,9	32,1	29,2	15.266	7502	7.764	15,4	30,4	10,4
SUDESTE	30,7	35,2	27,0	2.584	1958	626	10,9	18,6	4,8
SUL	31,1	38,0	29,1	4.471	1441	3.030	17,1	24,7	14,9
CENTRO OESTE	28,6	34,8	23,4	974	649	325	8,4	12,3	5,2

FONTE: TABULACAO ESPECIAL DE AMOSTRA DA PNAD - 1982

(1) DADOS NAO DISPONIVEIS PARA ZONA RURAL DA REGIAO NORTE

professores com este perfil. Hipóteses como as aqui levantadas, relacionando idade e escolaridade do professor, poderiam ser submetidas à análise se se dispusesse de dados mais recentes, comparáveis aos de 1982.

3. Quanto ganham?

A baixa remuneração dos professores, de modo geral, e dos de ensino de primeiro grau, em particular, tem sido freqüentemente apontada como uma das causas da má qualidade do ensino no Brasil. Apesar da importância da questão, estudos que permitam dimensionar o problema dos salários dos professores não têm sido desenvolvidos. Com base na tabulação especial da PNAD de 1982, buscar-se-á, neste trabalho, verificar o comportamento dos salários dos professores de primeiro grau em função do nível de escolaridade, local de residência, natureza do empregador (ensino público ou particular) e séries que lecionam. Utilizando-se os dados da RAIS de 1986 e 1987, comparar-se-ão os salários dos professores aos de outros grupos ocupacionais do setor serviços, com semelhantes graus de escolaridade. Devido às constantes alterações nos salários e mesmo mudanças da moeda nacional nestes últimos anos, os dados são aqui transformados em dólares, à taxa de câmbio oficial do último dia do mês de referência.

4.1. O que determina o salário?

Os dados da PNAD-82 (Quadro 12) mostram relações bastante consistentes entre salários, nível de instrução, regiões e local de residência. De modo geral, quanto mais baixo o nível de instrução, mais baixo o salário. Professores residentes na zona rural percebiam menores remunerações que seus colegas da zona urbana, mesmo quando possuindo igual nível de escolaridade. Nas regiões Sudeste e Sul, os salários médios eram os mais elevados; seguia-se, neste aspecto, a região Centro-Oeste. No Nordeste concentravam-se os salários mais baixos.

O salário médio nacional do magistério de primeiro grau em 1982 era de US\$ 182,58, mas, em torno dessa média, verificava-se grande variação. Professores residentes na zona urbana percebiam 1,14 salários médios. Este índice, que resulta da divisão do salário do subgrupo pelo salário médio nacional acima referido, era de 1,36 na região Sudeste, 1,17 no Sul e 1,14 no Centro-Oeste, enquanto no Nordeste era de apenas 0,68. Na região Norte, a média era praticamente igual à média nacional (índice de 0,99). Para os residentes na zona rural, a ordem por região é quase a mesma, invertendo-se apenas a posição entre Sul (índice de 0,76) e Sudeste (0,61). Seguem-se Centro-Oeste (0,43) e Nordeste (0,19).

Quanto ao nível de instrução, verifica-se que as diferenças salariais entre os que possuíam até cinco séries e os que estavam na faixa de cinco a oito séries não eram muito grandes, significando um aumento de 0,17 no índice (0,20 e 0,37, respectivamente), para o Brasil como um todo. Já entre estes últimos (cinco a oito séries de escolaridade) e os que possuíam nove a onze séries, o índice cresce 0,49 (0,37 e 0,86, respectivamente) e entre estes e os que cursaram mais de 11 séries (índice de 1,47) há um crescimento de 0,61. Estas relações replicam-se em praticamente todas as regiões.

Não havia muita diferença entre as remunerações do ensino público e do particular (médias nacionais de US\$ 181,71 e US\$ 186,63, respectivamente). Representam exceções a região Nordeste, para os residentes na zona urbana, onde a

QUADRO 12
 BRASIL: EDUCAÇÃO
 ENSINO PÚBLICO E PARTICULAR: REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL DOS PROFESSORES DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU E NÚMERO DE SALÁRIOS MÉDIOS (ÍNDICE),
 POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO, SEGUNDO REGIÃO E LOCAL DE RESIDÊNCIA - 1982.

REGIÃO E LOCAL	DE	REMUNERAÇÃO MENSAL									
		Nível de instrução									
		TOTAL	< QUE 5	5 - 8	9 - 11	> QUE 11					
RESIDÊNCIA	US\$	ÍNDICE(2)	US\$	ÍNDICE(2)	US\$	ÍNDICE(2)	US\$	ÍNDICE(2)	US\$	ÍNDICE(2)	
TOTAL (1)	Brasil	182,58	1,00	36,44	0,20	67,99	0,37	156,56	0,86	268,88	1,47
	Norte	180,96	0,99	51,70	0,28	84,88	0,46	157,23	0,86	281,06	1,54
	Nordeste	94,61	0,52	21,73	0,12	33,74	0,18	100,64	0,55	197,44	1,08
	Sudeste	238,41	1,31	67,41	0,37	120,03	0,66	197,21	1,08	288,38	1,58
	Sul	193,00	1,07	77,16	0,42	106,22	0,58	159,19	0,87	256,09	1,40
	Centro-Oeste	187,71	1,03	75,58	0,41	80,65	0,44	139,29	0,76	332,71	1,82
URBANO	Brasil	207,25	1,14	64,09	0,35	80,74	0,44	160,31	0,88	272,77	1,49
	Norte	180,96	0,99	51,70	0,28	84,88	0,46	157,23	0,86	281,06	1,54
	Nordeste	123,96	0,68	28,81	0,16	39,57	0,22	104,32	0,57	201,07	1,10
	Sudeste	249,11	1,36	111,95	0,61	159,35	0,87	202,16	1,11	290,77	1,59
	Sul	214,24	1,17	97,80	0,54	99,75	0,52	158,67	0,87	260,57	1,43
	Centro-Oeste	208,71	1,14	118,20	0,65	89,90	0,49	142,04	0,78	338,39	1,85
RURAL	Brasil	76,04	0,42	31,08	0,17	58,57	0,32	123,48	0,68	188,75	1,03
	Nordeste	35,01	0,19	20,74	0,11	30,06	0,16	64,80	0,35	150,34	0,82
	Sudeste	110,78	0,61	51,18	0,28	69,30	0,38	135,59	0,74	188,94	1,03
	Sul	139,63	0,76	73,09	0,40	109,62	0,60	160,90	0,88	214,27	1,17
	Centro-Oeste	77,46	0,42	56,67	0,31	69,36	0,38	107,68	0,59	131,76	0,72

FONTE: TABELAÇÃO ESPECIAL DE AMOSTRA DA PNAD - 1982

(1) DADOS NÃO DISPONÍVEIS PARA ZONA RURAL DA REGIÃO NORTE

(2) ÍNDICE: resultado da divisão do salário de cada classe pelo salário médio (US\$182,58)

remuneração média era de US\$ 130,97 para o ensino público e US\$ 99,84 para o particular, e, o Sudeste, para os residentes na zona rural, com as médias de US\$ 113,49 para o ensino público e US\$ 68,28 para o particular. Os salários médios do ensino particular eram superiores ao do ensino público na região Sul para os residentes na zona rural e no Centro-Oeste, zona urbana. Isto se deve principalmente ao fato de que nesses dois casos, o número de professores com níveis de instrução e salários mais baixos era muito menor no ensino particular.

Os salários também variavam em função das séries que o professor leciona. Os professores das quatro primeiras séries recebiam salários consistentemente mais baixos (US\$ 149,07, em média) que os das quatro últimas (média de US\$ 297,67), mesmo se possuíam nível de instrução equivalente. Diferenças segundo o nível de instrução, local de residência e região também replicam, nos dois grupos, os padrões gerais já analisados.

A especificação das séries lecionadas possibilita verificar com maior clareza as disparidades salariais dos professores do ensino básico. Os quase 40 mil professores das quatro primeiras séries, residentes na zona rural do Nordeste, com grau de instrução inferior a cinco anos, recebiam, em 1982, uma média de US\$ 20,17, ou seja, 11% do salário médio nacional dos professores de primeiro grau. Na região Sul, os 6 mil professores em idêntica condição recebiam US\$ 73,09. Professores da 5ª a 8ª séries com mais de 11 anos de instrução recebiam US\$ 437,11 no Centro-Oeste (2,39 salários médios nacionais da categoria ocupacional) e US\$ 268,66 no Nordeste (1,47).

Os dados da tabulação especial da PNAD mostram, portanto, profundas diferenciações salariais em função da localização espacial do professorado, de seu nível de escolaridade e séries em que leciona. Faz-se, porém, necessário responder a outra indagação: os professores de primeiro grau percebem menores remunerações que outros grupos ocupacionais de semelhantes características? Para tentar respondê-la, serão aqui utilizados os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, dos anos de 1986 e 1987.

3.2. Comparação com os salários de outras categorias

Antes de iniciar a análise, é importante lembrar, conforme comentado na introdução deste trabalho, que a RAIS é um registro administrativo e por depender do correto preenchimento de formulários pelos empregadores, algumas informações que parecem de veracidade questionável têm que ser abandonadas, engrossando o resíduo das especificações não informadas.

Em 1987, é registrado na RAIS um total de 733.088 empregos na categoria ocupacional de professor de primeiro grau. Isto corresponde a 65,6% do número de postos docentes informados pelo SEEC/MEC para aquele mesmo ano. Esta discrepância entre as fontes pode ser devida a diferentes razões. Em primeiro lugar, o informante do SEEC é o estabelecimento de ensino (escola); se o mesmo professor leciona em mais de uma escola, ele é registrado em cada uma delas. As informações da RAIS, por outro lado, são fornecidas pelo empregador, e se o professor que leciona em mais de uma escola tem apenas um vínculo (por exemplo, com o estado), é relacionado apenas uma vez. Esta razão, entretanto, certamente não explicaria toda a diferença. O mais provável é que a cobertura da RAIS não seja total, ou porque as informações são incompletas ou pouco confiáveis e têm que ser desprezadas ou porque não são fornecidas com a pontualidade necessária para a tabulação. Outra limitação existente nos dados da RAIS é que eles não discriminam empregos e remunerações segundo zona (urbana e rural).

A despeito dessas limitações, os dados da RAIS sobre remuneração dos professores de 1º grau se baseiam em um número muito expressivo - 733 mil empregos, em 1987, e 652,4 mil, em 1986. Para verificar se os dados da RAIS apresentam um grau aceitável de consistência quando comparados às informações de outras fontes, foram aqui construídos dois parâmetros: (1) a escolaridade média dos professores, segundo dados da RAIS e do SEEC, de 1987; (2) o índice que mensura a variação dos salários médios regionais do magistério em torno da média nacional, calculado para a RAIS de 1987 e a PNAD de 1982.

Os dados do SEEC mostram médias de anos de estudo ligeiramente mais elevadas que as calculadas com base na RAIS, para todas as regiões, exceto Norte, com uma diferença que varia de 0,46 anos, no caso do Sul, e 1,06 para o Nordeste. O padrão geral, entretanto, é bastante semelhante nas duas fontes, podendo-se atribuir as diferenças encontradas às especificidades metodológicas dos levantamentos, conforme já comentado. Quanto à remuneração, verifica-se que as variações regionais em torno da média nacional, segundo a RAIS, guardam bastante consistência com os dados da PNAD/82. Embora ocorram diferenças no valor absoluto dos índices calculados para as duas fontes no caso de algumas regiões, tanto na RAIS quanto na PNAD, Norte e Nordeste encontram-se abaixo e Sul e Sudeste acima da média. A posição do Centro-Oeste difere segundo a fonte: abaixo da média (0,83) pelos dados da RAIS e um pouco acima (1,03) pelos dados da PNAD.

Em termos gerais, portanto, os dados da RAIS apresentam certa consistência aos de outras fontes, embora em sua utilização devam ser consideradas as ressalvas anteriormente comentadas. No presente trabalho, entretanto, mais que as remunerações mensais, *per se*, dos professores, interessa compará-las às de outros grupos ocupacionais, utilizando-se para isto algumas ponderações.

O salário médio dos professores, em 1987, conforme dados da RAIS, era da ordem de US\$ 192,89, sendo mais elevado para os homens (US\$ 216,60) que para as mulheres (US\$ 190,34). Na região Nordeste, os professores percebiam US\$ 137,63, em média; no Centro-Oeste US\$ 157,76 e no Norte US\$ 171,05. As médias mais elevadas ocorriam no Sudeste (US\$ 223,07) e no Sul (US\$ 206,25). As mesmas variações regionais são verificadas para os dados de 1986, quando os salários médios dos professores era de US\$ 195,56.

As remunerações dos professores são de fato mais baixas que de outras categorias? Para responder a esta questão dois outros grupos ocupacionais do setor serviços foram escolhidos para comparação, com base em dois critérios: grau de escolaridade e taxa de empregos ocupados por mulheres. A ocupação "secretário" é que melhor preenche estes requisitos, mas também a de "auxiliar de contabilidade/caixa", embora apresente uma escolaridade média um pouco mais baixa que a dos professores, representa um mercado de trabalho importante para as mulheres e pode, portanto, competir com a escolha da profissão de magistério.

Mesmo possuindo escolaridade mais elevada, os professores de primeiro grau, segundo dados da RAIS de 1986 e de 1987, percebem remunerações sistematicamente mais baixas que as da ocupação de auxiliar de contabilidade/caixa, em todas regiões. Em média, os trabalhadores deste segmento ocupacional recebem, segundo os dados de 1987, 1,20 vezes o salário médio do professor (Quadro 13).

A diferenciação salarial é ainda mais acentuada entre as ocupações "professor de primeiro grau" e "secretário". Com grau de escolaridade ligeiramente mais baixo que o dos professores (exceto no Nordeste), os secretários percebem salários significativamente mais elevados, em todas as regiões, com exceção da região Sul. O salário médio nacional dos secretários era 1,51 vezes maior que o dos professores em 1986,

QUADRO 13

BRASIL: ENSINO DE PRIMEIRO GRAU

REMUNERACAO MEDIA MENSAL E MEDIA DE ESCOLARIDADE DO PROFESSOR DE PRIMEIRO GRAU, AUXILIAIS DE CONTABILIDADE/CAIXA E SECRETARIO, SEGUNDO REGIAO

1987

REGIAO	REMUNERACAO MENSAL (RE US\$ 1,00)	INDICE(1)	ESCOLARIDADE MEDIA	PONDERACAO (2)							
:Professor Caixa/A.C. Secretario : Caixa/A.C. Secretario : Professor Caixa/A.C. Secretario : Professor Caixa/A.C. Secretario											
TOTAL	192,89	232,40	264,27	1,20	1,37	11,41	9,83	10,91	16,91	23,54	24,22
MASCULINO	216,60	303,96	279,30	1,40	1,25	11,91	10,17	10,09	18,19	29,89	26,79
FEMININO	190,34	178,83	263,56	0,94	1,38	11,35	9,58	11,01	16,77	18,65	23,94
NORTE	171,05	231,55	195,40	1,35	1,14	10,96	9,72	9,63	15,61	23,82	20,29
NORDESTE	197,63	228,89	207,98	1,66	1,61	9,46	10,06	10,76	14,55	23,67	19,33
SUDESTE	223,07	231,55	298,02	1,04	1,34	12,17	9,73	11,10	18,33	23,83	26,85
SUL	206,25	240,37	177,87	1,17	0,86	12,23	10,07	10,56	16,86	23,87	16,84
CENTRO-OESTE	157,76	230,85	216,26	1,46	1,37	10,85	9,70	10,39	14,54	23,60	20,81

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MTB/RAIS 1987

(1) RESULTADO DA DIVISAO DA REMUNERACAO DO GRUPO OCUPACIONAL PELA DO PROFESSOR DE PRIMEIRO GRAU, PARA A MESMA REGIAO E SEXO

(2) RESULTADO DA DIVISAO DA REMUNERACAO MEDIA MENSAL PELA RESPECTIVA MEDIA DE ESCOLARIDADE

e 1,37 em 1987. Com base nestes dados, portanto, conclui-se que os professores são comparativamente pior remunerados que categorias com semelhante, ou até mais baixo, grau de instrução.

Um índice que permita ponderar o salário pela escolaridade média pode, em princípio, fornecer uma base de comparação mais exata entre as remunerações relativas dos três grupos ocupacionais. O índice construído neste trabalho é o resultado da divisão da remuneração média mensal de cada subgrupo pela respectiva média de escolaridade (Quadro 13, colunas à direita).

Com base neste índice, é possível verificar que, de modo geral, a remuneração por ano de estudo do secretário e do auxiliar de contabilidade/caixa é cerca de 40% superior à do professor. A exceção é representada pelo grupo "secretário" na região Sul, cuja remuneração por ano de escolaridade é praticamente a mesma do professor de primeiro grau. A diferenciação salarial segundo o sexo fica evidente em todos os grupos analisados, corroborando uma discriminação de gênero a favor dos homens.

As diferenças regionais ficam também evidenciadas. O grupo ocupacional cuja remuneração relativa apresenta menor variação segundo região é o de auxiliar de contabilidade/caixa; neste grupo, entretanto, a diferença salarial devida a sexo é mais pronunciada. No caso do professor, enquanto no Nordeste e Centro-Oeste cada ano de estudo significaria cerca de US\$ 15, no Sudeste chegaria a US\$ 18. A remuneração ponderada por escolaridade, nesta última região, atingiria US\$ 27 para o grupo "secretário" e US\$ 24 para o auxiliar de contabilidade/caixa.

Um aspecto que pode ser aventado é que, de modo geral, os professores possuem carga horária semanal, em média, mais reduzida que outros segmentos. De fato, segundo os dados da PNAD de 82, a carga de trabalho média dos professores era de 28 horas semanais. Pesquisas realizadas no estado de São Paulo mostram que a carga horária de trabalho da maioria dos professores supera em muito este valor: na amostra de Mello (1982), 44% das professoras trabalhavam 48 horas semanais, além de pelo menos cinco horas dedicadas a tarefas extra-classe; das 50 professoras entrevistadas por Bruschini (1978), 60% lecionavam mais do que 35 horas por semana, que eram acrescidas de cinco a quinze horas de trabalho de planejamento, correção de provas, entre outras atividades.

Embora estas últimas pesquisas tenham representatividade limitada, fica evidente que, além da carga horária contratada, os professores dedicam outras horas de trabalho para o cumprimento de suas tarefas docentes, o que dificultaria uma análise, com os dados existentes, da remuneração ponderada por carga horária de trabalho dos diferentes grupos ocupacionais.

A ponderação do salário por hora seria uma medida justa para comparar professores - que freqüentemente consomem tempo adicional à sua jornada de trabalho na preparação de planos, avaliações, elaboração de material instrucional, etc -, com profissionais que, via de regra, não carregam obrigações para além do expediente?

Comparações entre remuneração de professores de primeiro grau e grupos ocupacionais como os aqui utilizados - auxiliar de contabilidade/caixa e secretário - estão sujeitas a questionamentos. A natureza do trabalho do professor, a responsabilidade social, o esforço exigido, a necessidade de atualização permanente, as tarefas extra-classe, além das reconhecidamente precárias condições de trabalho em algumas escolas, são fatores que devem ser considerados.

Estas indagações continuam abertas, entretanto, à análise mais detida. Além disso, não se pode negligenciar considerações já levantadas sobre os dados aqui

utilizados. Pela relevância do tema e até pela controvérsia que dele decorre seria frutífero o esforço de proceder a estudos mais exaustivos, utilizando, por exemplo, dados de PNAD mais recente.

4. Conclusões

Visou-se, neste trabalho, um maior conhecimento dos aspectos sócio-econômicos e funcionais da profissão de magistério de primeiro grau, que se acredita sejam relevantes quando se almejam alcançar padrões mais elevados de qualidade na educação básica. Foram analisados os dados de âmbito nacional disponíveis, relativos à escolaridade, idade e remuneração dos professores das várias regiões, da zona urbana e rural.

Como se poderia prever, os dados mostram grandes variações no perfil desses profissionais em função de sua localização espacial. Enquanto na zona urbana das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste a escolaridade *média* dos professores já supera o esperado de acordo com a legislação, verifica-se déficit nos anos de estudo necessários ao exercício profissional na zona rural de todas as regiões, e, de maneira mais pronunciada, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Observam-se, ainda, no indicador "escolaridade média", diferenciações entre os estados de uma mesma região, destacando-se Pernambuco, Amapá e Mato Grosso do Sul por apresentarem maiores escores que os demais estados de suas regiões, e Minas Gerais, responsável pela menor média do Sudeste.

Embora tenha havido uma melhoria no nível de escolaridade médio dos professores de primeiro grau nos últimos anos, a taxa de professores leigos (aqui considerados os que não possuem segundo grau de instrução completo), ainda é elevada, principalmente na zona rural e em especial nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Grande maioria deles exerce suas funções em escolas municipais de apenas uma sala e muitos sequer cursaram o primeiro grau completo.

É bem verdade que vem aumentando o número de professores com curso de magistério e daqueles com licenciatura, mas as desigualdades sócio-espaciais permanecem inalteradas - no Brasil, 40% dos professores possuem curso de magistério e 38% têm curso superior; destes últimos, 80% encontram-se nas regiões Sudeste e Sul. Além disso, a qualidade dos cursos de magistério e mesmo das licenciaturas, muitos deles oferecidos no período noturno, compromete não apenas a competência técnica do professorado, mas também seu compromisso sócio-político.

Um outro aspecto analisado neste estudo refere-se à idade dos docentes, segundo grau de instrução e localização espacial. Os dados da PNAD-82 mostram que os professores com escolaridade igual ou inferior a oito anos residentes na zona urbana eram mais velhos que os da zona rural, sugerindo que, enquanto os professores leigos da zona urbana já estavam há mais tempo na atividade docente, na zona rural o recrutamento de indivíduos com baixo grau de escolaridade para o magistério de primeiro grau era fenômeno muito mais recente.

Também se observam grandes diferenciações regionais nos salários dos professores. Mesmo quando ponderadas por grau de escolaridade, as remunerações mensais dos docentes das regiões Sul e Sudeste são superiores às das demais regiões. Além disso, os professores residentes na zona rural percebiam, em 1982, menores salários que seus colegas da zona urbana com igual nível de instrução.

Comparando-se as remunerações mensais dos professores às de dois outros grupos ocupacionais do setor serviços - auxiliar de contabilidade/caixa e secretário -

que apresentam grau de escolaridade e taxa de empregos ocupados por mulheres semelhantes aos do professor de primeiro grau, verifica-se que este profissional percebe salários significativamente inferiores aos dos outros dois grupos, apesar de, via de regra, possuir nível de escolaridade mais elevado que o daqueles.

Ainda que se tenha verificado certa consistência nos dados analisados, fica evidente a necessidade de estudos que tenham como base levantamentos mais recentes; informações levantadas em 1982, especialmente as relativas a salários, devem hoje, após tantos movimentos reivindicatórios, apresentar perfil bastante diferente. Por ser a PNAD a base de dados que abrange maior número de variáveis de interesse e que preenche melhor os requisitos de representatividade, além de ser fonte de outras informações cujas relações com o magistério pode ser relevante investigar, acredita-se ser frutífero o esforço de proceder a uma tabulação especial daquela pesquisa relativa a 1987 ou 1988. Desta forma, também se poderiam estabelecer comparações aos dados de 1982.

Além de estudos como o aqui apresentado sobre os aspectos mais formais do perfil dos professores - escolaridade, idade e salário - das diferentes regiões e zonas, são também importantes investigações que permitam uma análise mais apurada das questões relativas aos recursos humanos para o ensino, marcada pela heterogeneidade sócio-econômica que caracteriza o país.

É necessário aprofundar a compreensão desta heterogeneidade e analisar mais detidamente tanto os fatores pedagógicos - como a competência docente - quanto os sócio-políticos, como as remunerações e recompensas dos educadores, engajamento da categoria docente em programas de melhoria do ensino, motivações e padrões de encaminhamento de reivindicações e de lutas sindicais e políticas, bem como padrões de formulação e de gestão das políticas de ensino em geral e de recursos humanos, em particular. Em tais análises poder-se-ia empregar uma abordagem de estudo de caso, escolhendo-se alguns estados segundo interesse da pesquisa.

A urgência de se superarem os baixos padrões de qualidade da educação, para o que é imprescindível o engajamento de professores competentes e motivados, evidenciam a necessidade de se compreender e dar solução aos problemas de formação e gestão dos recursos humanos responsáveis pela tarefa de ensinar.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRE, M.E.D.A. & CANDAU, V.M. (1984). Projeto Logus II e sua atuação junto aos professores leigos do Piauí: um estudo avaliativo. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (50):22-28, ago.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenadoria de Informações para o Planejamento (1990). *Sinopse estatística do ensino regular de 1ª grau de 1987*. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Estatística de Educação e Cultura (1982). *Sinopse estatística do ensino de primeiro grau 1976/1977*. Brasília. 1982.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Estatística de Educação e Cultura (1984). *Sinopse estatística da educação básica 1981/1982/1983*. Brasília.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria geral (1988). *Anuário RAIS - 1986*. Brasília.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria geral (1990). *Anuário RAIS - 1987*. Brasília.

- BRUSCHINI, M.C.A. (1978). Mulher e Trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (27):3-18.
- BRUSCHINI, M.C.A. & AMADO, T. (1988). Estudos sobre a mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (64):4-13, fev.
- CONTE, D.S. (1984). Associação entre rendimento escolar e indicadores de eficiência de professores: o caso de Brasília e cidades satélites. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (50):29-39, ago.
- FLETCHER, P. (1986). Tabulação Especial da PNAD/1982. IPEA. Brasília. *Mimeo*.
- MELLO, G.N. (1988). *Magistério de primeiro grau: da competência técnica ao compromisso político*. São Paulo: Cortez.
- MELLO, G.N., MAIA, E.M. e BRITTO, V.M.V. (1983). As atuais condições de formação do professor de primeiro grau: algumas reflexões e hipóteses de investigação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (45):71-78, maio.
- MORAIS, G., ANDRADE, M.O., NUNES, M.T., BERGER, M.A., OLIVEIRA, N.A., RIBEIRO, N.M.S. e PRIOR, V.P. (1986). Professores leigos x professores habilitados. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (59):15-26, nov.

